



Índice

- 01 Comunidade São José, no Acará, recebe seminário para discutir direitos da juventude quilombola
- 02 Índios em São Bernardo aguardam decisão da Justiça
- 03 H1N1: outro indígena é vítima da doença em RO
- 04 Artistas fazem sarau neste sábado para arrecadar agasalhos para comunidades indígenas
- 05 Justiça Federal convalida métodos indígenas
- 06 Amazônia Legal: Projetos patrocinados geram renda e preservação de ecossistema
- 07 Famílias desalojadas da Terra Indígena Marãiwatsédé recebem benefício do Minha Casa Minha Vida
- 08 Jornalista alagoano lança livro sobre as raízes indígenas de Mané Garrincha
- 09 A alegria dos pequenos indígenas pelo passeio e dos grandes pela volta para casa
- 10 Demarcação de terras indígenas gera protesto na Copa
- 11 Comunidade quilombola recebe casas em União dos Palmares
- 12 Posses de terras indígenas são suspensas pelo STF
- 13 Luta por direitos leva delegação de indígenas do Brasil a Portugal
- 14 MT – Indígena denuncia que toneladas de medicamentos vencidos vão para o lixo



no DSEI Xingu. Até quando, MS?

- 15** Em clima de denúncia, Povo Tenharim escolhe nova diretoria da APITEN: "cada cabeça das lideranças custa meio milhão de reais"
- 16** "Fotografando Populações Tradicionais", por João Roberto Ripper. Vamos participar?
- 17** MPF denuncia oito por crimes contra comunidade Retireiros do Araguaia, em MT
- 18** Anteprojeto sobre agrobiodiversidade ignora direitos de agricultores familiares e indígenas, por Juliana Santilli
- 19** Céline Cousteau produz documentário sobre desafios dos índios da Amazônia
- 20** Em BH a trabalho, índio pataxó lamenta Copa e preconceito
- 21** Produtores aceitam proposta da União e decidem entregar terra aos índios
- 22** Mais uma criança falece em Marãiwatsédé; Para os indígenas, falta de equipamentos como balão de oxigênio foi determinante
- 23** Por não demarcar terras indígenas, Funai deve ser multada em R\$ 1,7 mi
- 24** Final do Campeonato dos Povos Krikatis será neste sábado
- 25** Associações quilombolas de Canguçu recebem patrulha agrícola
- 26** Governo envia ao Congresso proposta sobre comércio de produtos com base em plantas e animais
- 27** MPF considera inconstitucional proposta que transfere demarcação de terras indígenas para o Legislativo
- 28** Entrega de cozinha comunitária beneficia quilombolas em São Tomé de Paripe



Boletim de Notícias - Edição nº 108/ 2014

Brasília, 20 de junho de 2014.

Comunidade São José, no Acará, recebe seminário para discutir direitos da juventude quilombola

SÍTIO MALUNGU, 18.06.2014



A luta e resistência do movimento negro no Brasil é antiga. Apesar de já colher algumas conquistas importantes, ainda há muito a perseguir, principalmente pensando nas novas gerações. Para levar a discussão sobre as políticas públicas direcionadas aos jovens, o Fórum das Comunidades Quilombolas do Jacarequara, a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu) e o Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa) realizam o 1º Seminário da Juventude Quilombola do Município do Acará, dias 19 e 20 de junho de 2014, na Comunidade São José.

Quais os caminhos para acessar o Processo Seletivo Especial para quilombolas? Quem tem direito ao PSE? Como os jovens negros tem sido vistos pela sociedade? Como a polícia tem abordado esse jovem negro? Essas são angústias de muitos jovens quilombolas que desejam, além de ingressar no ensino superior, ver seus direitos à educação e segurança garantidos. Nos dois dias de debate, espera-se reunir mais de 150 jovens. A programação completa, você confere a seguir.

1º. SEMINÁRIO DA JUVENTUDE QUILOMBOLA DO MUNICÍPIO DO ACARÁ

DIAS: 19 e 20 DE JUNHO DE 2014

LOCAL: COMUNIDADE SÃO JOSÉ, ACARÁ

Neg@, Neguinh@, Negã@: você, sujeito de direitos. Tá ligado?

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 108/ 2014

Brasília, 20 de junho de 2014.

PROGRAMAÇÃO

DIA 19 – QUINTA FEIRA – Manhã

Cerimonial do Dia: Érica Monteiro

8hs – Abertura do Seminário (acolhida dos participantes) – Música (hino da Negritude e apresentação)

8h30mim – Composição da Mesa

■ Jovem Liderança do Alto Acará

■ Jovem Liderança do Baixo Acará

■ Malungu

■ Cedenpa

■ Fórum das Comunidades Quilombolas de Jacarequara

■ IDESP

9hs – Mesa de Debate

Tema: Direito à Segurança Pública

Convidados:

Delegada Silva Rego – SEGUP

Nazaré Cruz – FORNAJUNE

12hs - Almoço

DIA 19 – QUINTA FEIRA – Tarde

14hs – GTs – (a partir da discussão do tema apresentando, elaborar 4 temas para discussões).

16hs – Lanche

16h30mim – Apresentações dos Grupos (com temas de formas lúdicas)

GT 1 – Música

GT 2 – Teatro

GT 3 – Poesia

GT 4 – Vídeo

18hs – Apresentação de Vídeo – Uma árvore bonita

DIA 20 – SEXTA – FEIRA – Manhã

Cerimonial: Maria Luiza

8hs – Debate do Vídeo – Uma árvore Bonita

8h30mim – Mesa de Debate

Tema: Sim temos direitos! Lutas, conquistas e garantias.

Convidados: José Carlos Galiza e Maria Malcher.

11hs – Encaminhamento Final

12hs – ENCERRAMENTO

Texto: Lara Lages

Arte: Otoniel Oliveira

Índios em São Bernardo aguardam decisão da Justiça SÍTIO ABCD MAIOR, 19.06.2014

Proprietário não aceita ocupação e recorre de decisão favorável sobre permanência dos índios na área



Índios guaranis estão prontos para briga judicial para permanecer na aldeia Guyrapaju, localizada na estrada Rio Acima, região do pós-balsa, em São Bernardo. Foto: Rodrigo Pinto

Os índios guaranis da aldeia Guyrapaju, localizada na estrada Rio Acima, região do pós-balsa de São Bernardo, estão prontos a enfrentar briga judicial para permanecer na área de 54,7 hectares, equivalente a 54 campos de futebol, ocupada desde o início de 2013.

A situação dependerá de uma segunda decisão judicial. Na primeira, o Tribunal Regional Federal da Terceira Região decidiu pela permanência dos indígenas no local. No entanto, um dos proprietários do terreno, Flávio Mantesso, está recorrendo da decisão. O processo ainda não foi julgado.

“A Justiça já decidiu a nosso favor, mas como o proprietário não concordou estamos aguardando uma nova decisão. Dependendo, vamos recorrer também”, garantiu Marcos dos Santos Tupã, líder da aldeia de São Bernardo e coordenador da Comissão Guarani Yvyrypa. A ocupação fica a 20 minutos do Núcleo Santa Cruz, em São Bernardo, e a cerca de 8 quilômetros da aldeia Krukutu, no extremo Sul da Capital, até então a área indígena mais próxima do ABCD.

A nova aldeia, que abriga 42 índios, integra a terra indígena Tenondé Porã, que vai de São Bernardo ao Litoral, reconhecida pela Funai (Fundação Nacional do Índio) em abril de 2012. Atualmente a demarcação aguarda a publicação de portaria do Ministério da Justiça para seguir para a sanção da presidente Dilma Rousseff, de modo a oficializar a decisão e efetuar as 149 desapropriações, 38 em São Bernardo e as demais na Capital.

Diferentemente da aldeia Krukutu, a infraestrutura da nova área é precária. As casas foram erguidas com materiais retirados da natureza. Não há água encanada, escola ou posto de saúde e a eletricidade vem de ‘gatos’ dos postes da estrada Rio Acima. Apesar de o lugar ser grande, os índios aguardam a oficialização da demarcação para iniciar o plantio. “A indefinição sobre a demarcação é nosso maior problema. Estamos mobilizados e lutando para que o ministro reconheça o território”, argumentou Tupã.

CONT.



Em nota, o Ministério da Justiça explicou que aguarda resposta técnica da Funai sobre diligência requerida pelo ministério. Somente após isso, o processo poderá ser remetido à Pasta para as devidas análises nos termos do art. 2º, §10 do Decreto n.º 1775/96.

Dentre outros procedimentos, a lei determina o prazo de 30 dias para o ministro da Justiça assinar a portaria declarando os limites e a demarcação da terra indígena. Procurada, a Funai não se manifestou até o fechamento desta edição.

Indígenas de São Paulo também ocupam terras - Diante da demora na oficialização da demarcação dos novos limites das terras indígenas Tenondé Porã, os índios guaranis estão realizando ocupações. A primeira foi em São Bernardo com a criação da aldeia Guyrapaju. A segunda foi a criação da aldeia Kalipety, em Parelheiros, Capital, próxima da aldeia da Barragem que faz divisa com a Krukutu.

A área tem 55 hectares, equivalente a 55 campos de futebol, onde moram cerca de 50 pessoas de sete famílias indígenas que há sete meses ocuparam o lugar. "No começo tentaram nos amedrontar, mas agora está calmo. As pessoas já estão com criações de frango, plantações e construindo suas casas", explicou Gera Giselda, liderança da aldeia Kalipety.

De acordo com Giselda, a ocupação foi mais pacífica que a de São Bernardo, uma vez que o proprietário preferiu não entrar na Justiça. "Ele entrou em contato conosco, disse que não iria notificar a Justiça e só pediu para tirar umas telhas francesas que estavam na área", explicou.

Espaço - Na aldeia da Barragem são 26 hectares para mil índios. "É muita gente, não temos como caçar, pescar e fazer as atividades voltadas à cultura guarani", destacou. A falta de espaço é o mesmo problema da aldeia Krukutu. Na nova área, Giselda explicou que as crianças pegam água das nascentes, conhecem os animais, recolhem lenha e aprendem como usar a natureza sem destruí-la. "Não queremos despejar famílias, até porque as demarcações estão dentro da Mata Atlântica. Só queremos nosso espaço para viver como manda a tradição guarani", finalizou.



H1N1: outro indígena é vítima da doença em RO
SÍTIO TUDO RONDÔNIA, 19.06.2014

Em Cacoal há suspeita de 16 casos da doença.

Vilhena, Rondônia -Uma criança indígena de quatro anos morreu na última segunda-feira, 16, no hospital regional do município de Cacoal (que fica localizado na região central do estado, cerca de 210 km de Vilhena) vítima de H1N1. A Secretaria Municipal de Saúde daquele município informou que a criança pertence a uma aldeia do município vizinho de Espigão do Oeste. Em Cacoal há suspeita de 16 casos da doença. Amostras já foram coletadas dos pacientes, e estão em análise no Laboratório Central de Saúde de Rondônia (Lacen) que fica na capital, Porto Velho.

Em Vilhena 30 casos ainda são considerados suspeitos, pois aguardam resultado dos exames produzidos pelo Lacen. Quatro casos no município já foram confirmados, e três mortes por conta da doença. A Secretaria Municipal de Saúde de Vilhena (Semusa) descartou a possibilidade de um surto, com a tentativa de não gerar pânico na população. Assim como aconteceu no Cone Sul, os profissionais de saúde em Cacoal pediram à população para lavar constantemente as mãos, para evitar contaminação.

Durante a passagem da Agência Estadual de Vigilância Sanitária (AGEVISA) por Vilhena, os profissionais do órgão alertaram que para cada caso confirmado de H1N1, pelo menos 20 pessoas que tiveram contato com o doente já estão na lista de possíveis infectados.

Fonte: Extra de Rondônia



Artistas fazem sarau neste sábado para arrecadar agasalhos para comunidades indígenas

SÍTIO MÍDIAMAX NEWS, 19.06.2014

Música, poesia, teatro, audiovisual e artes plásticas vão se unir neste sábado (21) em um evento que tem o objetivo de arrecadar agasalhos para ajudar comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul. A peça de inverno será a entrada do sarau que acontece na data.

O Sarau do Zé Geral em parceria com o Coletivo Terra Vermelha promovem a campanha de arrecadação de roupas e peças de invernos para distribuir nas comunidades.

Junior Feitosa (violão e voz), Jorge De Barros Oliveira Barros Oliveira (intervenções poéticas), Fabio Flecha (cineasta), Joakim Pereira (voz e violão), Rodrigo Gamarra de Souza (batera), Marilena Grolli (artista visual), Marcio Tinoco (violão e voz), Maurício Gauto (batera), Cesar Esteves (violão e voz), Fabio Faria (percussão), Alien Sputnikik (música eletrônica), Renata Macedo e Thiago Moura (mambembe trupe teatral), Espedito Di Montebranco (ator, e diretor teatral) já confirmaram presença.

O Sarau do Zé Geral, fica na Rua Pasteur, 937, Vila Piratininga. O evento está marcado para começar às 16h00 e acabar às 00. O endereço fica próximo a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Justiça Federal convalida métodos indígenas

SÍTIO JORNAL DE RORAIMA, 19.06.2014



Absolvição. Os indígenas estão acobertados pelo Decreto nº 5.051/2004, referente à Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (Agência JPavani)

A Justiça Federal, após pedido do Ministério Público Federal em Roraima (MPF/RR), reconheceu os métodos tradicionais de repressão e aplicou o princípio da insignificância ao julgar ação penal sobre furto de materiais médicos cometido por dois indígenas, em posto da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), na região do Surumu, município de Pacaraima.

Em setembro do ano passado, o MPF pediu a absolvição dos réus à Justiça, por reconhecer a possibilidade de aplicação dos métodos tradicionais indígenas para a repressão de delitos cometidos por índios dentro de sua comunidade. Para o Ministério Público, a pena estabelecida pela comunidade indígena do Contão foi suficiente para punir os acusados e não feriu os direitos fundamentais.

Após apuração dos fatos – tentativa de furto de álcool do Posto de Saúde da FUNASA, dentro do território indígena, para o consumo como bebida – foi constatado pelo MPF que o Tuxaua da Comunidade do Contão, Nicodemos Andrade Ramos, estabeleceu como punição ao furto a realização de limpeza mediante “capinagem” da área do posto de saúde da Funasa, onde ocorreu o delito.

“Este caso apresenta nítida hipótese para aplicação do reconhecimento estatal da autonomia da esfera de juridicidade dos indígenas. Cabe ao Judiciário reconhecer a eficácia da punição aplicada, sob pena de realização de dupla punição”, ponderou o Procurador da República Igor Miranda da Silva.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 108/ 2014

Brasília, 20 de junho de 2014.

Ainda de acordo com o procurador da República, a absolvição dos réus foi pedida conforme o princípio da insignificância. "O produto que os réus procuraram furtar (álcool), notoriamente possui reduzido valor patrimonial, além de configurar uma relação indígena interna, pontuada pela problemática do vício alcoólico", explicou.

A posição do MPF baseia-se no direito dos povos indígenas, assegurado especialmente pelo Decreto nº 5.051/2004, referente à Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, que reconhece os métodos indígenas tradicionais para repressão de delitos cometidos por índios. No aspecto constitucional, o reconhecimento estatal foi concretizado pelo artigo 231 da Constituição da República.

Amazônia Legal: Projetos patrocinados geram renda e preservação de ecossistema
SÍTIO PE DESENVOLVIMENTO, 19.06.2014



Mais de 72 projetos que contam com nosso apoio, por meio do Programa Petrobras Socioambiental, nos nove estados que compõem a Amazônia Legal, garantem a subsistência sustentável de índios das etnias Xerente, kaxinawá, Jaminawa, Suruí, Makurap, entre outras, além de preservar as tradições indígenas, e o bioma amazônico. Os povos indígenas são um dos públicos prioritários do programa, que destinará R\$1,5 bilhão a projetos em todo o país até 2018. Ao todo, as ações promovidas pelos projetos beneficiaram cerca de 110 mil pessoas, promovendo geração de renda, atividades culturais, e de educação ambiental no Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão. Segundo dados da Fundação Nacional de Saúde (Funasa – 2005), 55,9% da população indígena brasileira está na região norte. Entre as iniciativas patrocinadas, são destaques:

Encauchados de Vegetais da Amazônia - A extração do látex e sua mistura com as fibras e corantes vegetais dá origem à tecnologia social conhecida como encauchados, material com o qual são produzidos artesanatos e objetos de decoração feitos com motivos indígenas e tinturas naturais. O artesanato é comercializado em feiras regionais e no exterior. A tecnologia, criada por povos indígenas, ribeirinhos e seringueiros em parceria com o pesquisador Francisco Samonek, gerou renda para mais de 1.500 pessoas em 17 municípios do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia desde 2009.

Ktepo Xerente - O projeto qualificará cerca de 400 índios e índias de 58 aldeias Xerente, no município de Tocantínia, em Tocantins, em artesanato, economia popular, entre outras oficinas voltadas para o incentivo ao empreendedorismo. Também será construído um Centro Cultural

CONT.

de Apoio à Economia Xerente. Visando a sustentabilidade econômica dos artesãos, está prevista a elaboração de um Plano de Negócios para organizar o processo de produção e comercialização do artesanato produzido.

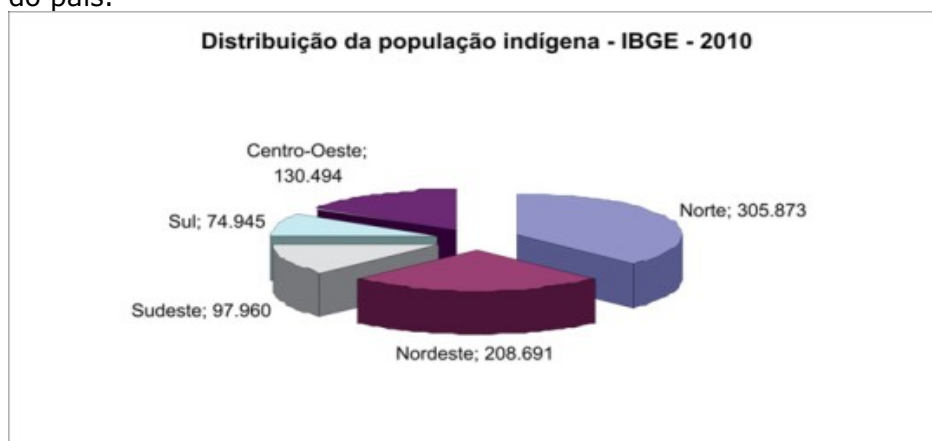


Gestão Indígena no Acre – O projeto, que incentiva o plantio de mudas e comercialização de castanha, buriti, entre outros produtos que garantem a segurança alimentar, realizou em abril deste ano viagem às aldeias Nova Cachoeira, Flor da Floresta, e aldeias próximas, para troca de experiências. Durante a visita, houve distribuição de sementes e mudas frutíferas, construção de viveiros, manejo agroflorestal, e reflexões sobre o plano de gestão das terras indígenas, com a participação de 34 agentes agroflorestais e diversas famílias kaxinawá. Ao todo, as ações do projeto protegem cerca de 322 mil hectares de floresta com ajuda de povos indígenas.

Pacto das Águas - Na região amazônica do Mato Grosso, o manejo de produtos florestais como a castanha-do-Brasil e o látex, tem se revelado uma excelente estratégia na gestão ambiental e na geração de renda

de povos de terras indígenas e extrativistas. A iniciativa pretende articular uma rede de parceiros e agências financiadoras para otimizar a comercialização das 160 a 300 toneladas de castanha e 25 toneladas de borracha produzidas anualmente, por povos de terras indígenas locais e seringueiros da Reserva Extrativista Guariba Roosevelt, em região que abrange 1,9 milhão de hectares.

Censo do IBGE realizado em 2010 registra população indígena de mais de 817 mil. O estudo relata 305 diferentes etnias e 274 línguas indígenas. Um total de 305.873 índios habita a região Norte do país.



Famílias desalojadas da Terra Indígena Marãiwatsédé recebem benefício do Minha Casa Minha Vida

SÍTIO AGÊNCIA DA NOTÍCIA, 19.06.2014

O Minha Casa, Minha Vida atende os trabalhadores do meio rural com renda de até R\$ 15 mil por ano



Desalojados fazem inscrições para casas do Programa Minha Casa Minha Vida

Com investimentos na ordem de R\$ 2,7 milhões, que irá beneficiar 97 famílias, o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) está em pleno funcionamento em Mato Grosso. Os primeiros contratos do programa habitacional no estado foram assinados no Projeto de Assentamento Casulo Vida Nova, em Alto Boa Vista (a 1.059 km de Cuiabá). O Banco do Brasil será o agente financeiro que vai liberar recurso para a construção das moradias às famílias ali assentadas.

O assentamento Casulo Vida Nova foi criado para receber os pequenos produtores rurais que foram desintrusados da Terra Indígena Marãiwatsédé em processo de desocupação

ocorrido em 2013. No total, 97 famílias foram selecionadas para receber recursos do MCMV Rural.

“O Incra criou o assentamento Vida Nova com o objetivo de trazer dignidade a essas famílias e consolidar a presença delas no campo”, explica o superintendente regional do Incra em MT, Salvador Soltério de Almeida.

Ações

Almeida também ressalta que o Incra/MT concedeu o Crédito Apoio Inicial/Alimentação e Fomento, no valor de R\$ 3.200 por família e celebrou convênio com a prefeitura de Alto Boa Vista para construção de 6,18 quilômetros de estradas. “Ainda quanto à infraestrutura, mantivemos contato intenso com a coordenação do Programa Luz para Todos para instalação de energia elétrica no local”, completa.

O Minha Casa, Minha Vida atende os trabalhadores do meio rural com renda de até R\$ 15 mil por ano. Para cumprir as exigências do programa, os assentados devem realizar uma

CONT.



assembleia e decidir qual será a entidade organizadora que os representará (prefeitura, sindicato, cooperativa etc.) e o agente financeiro (Banco do Brasil ou Caixa Econômica).

O trabalhador interessado em construir sua casa tem então acesso a um crédito de R\$ 28,5 mil, 96% dos quais é subsidiado. Desse valor, ele terá de pagar ao agente financeiro apenas R\$ 1.140, divididos em quatro anos.

As moradias a serem construídas no projeto de assentamento Casulo Vida Nova seguem um padrão, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. A área total da casa é de 42 metros quadrados.

A coordenação do MCMV no Incra/MT expediu mais de 8 mil autorizações para acesso ao crédito do Minha Casa, Minha Vida em cerca de 140 assentamentos do estado.

Jornalista alagoano lança livro sobre as raízes indígenas de Mané Garrincha
SÍTIO FALA GLORIOSO, 19.06.2014

Botafoguense fanático, autor da obra visita a tribo dos fulniôs, em Pernambuco, para conhecer os detalhes sobre a linhagem nordestina do craque das pernas tortas



Mário Lima, autor do livro, ao lado do botafoguense Aldo Ivo (à esq.)
(Foto: Henrique Pereira/GloboEsporte.com)

O maior ídolo da história do Botafogo virou tema de livro em Maceió. Nesta quarta-feira, no Museu da Arte e do Som de Maceió (Misa), o jornalista alagoano Mário Lima lançou a obra "Garrincha, a flecha fulniô das Alagoas", contando detalhes sobre as raízes indígenas do craque da Seleção. Cerca de 80 pessoas estiveram no lançamento, entre elas Aldo Ivo, um dos mais importantes jornalistas do estado, e irmão do poeta imortal Lêdo Ivo.

O livro destaca, principalmente, a origem de Garrincha. Nascido em Pau Grande, no Rio de Janeiro, Mané é filho de pai alagoano. Seu Amaro dos Santos era natural de Quebrangulo, interior do estado, e foi criado na aldeia dos fulniôs, índios de origem pernambucana, mas que por conta de perseguições foram para Alagoas em 1860.

Mário Lima, autor do livro, ao lado do botafoguense Aldo Ivo (à esq.) (Foto: Henrique Pereira/GloboEsporte.com)

Somente aos 26 anos, em 1914, Amaro e a esposa foram para o Rio de Janeiro, terra onde o bicampeão mundial nasceu, 19 anos depois. Para o autor, também é botafoguense fanático, escrever sobre Garrincha, seu grande ídolo, é uma honra.

CONT.



- Garrincha é o meu ídolo. Sou botafoguense e esse livro é uma espécie de tributo a um sujeito que me fez admirar ainda mais o futebol. Contar essa história não foi fácil. Eu visitei a aldeia dos Fulniôs em Pernambuco, conheci os caciques que conheciam a história de raiz dele. Poderia ter ido além, mas a obra, que ainda teve contribuições importantes de grandes figuras alagoanas, traz grandes relatos que contam bem essa história fantástica do Mané – explicou o autor.

Raízes indígenas

Manoel Francisco dos Santos, o Garrincha, teve vários apelidos durante a vida de jogador. Anjo das Pernas Tortas, Alegria do Povo ou simplesmente Mané. Flecha Fulniô também se destaca, pois faz referência direta à origem indígena do craque, até hoje usada como justificativa quando se tenta descrever o seu espírito indomável.

- As raízes indígenas de Garrincha explicam muitas coisas sobre sua vida. Todos sabemos que o maior problema na vida dele foi o alcoolismo. Mas isso tem relação direta com a cultura. Quando pequeno, tomava uma bebida na mamadeira que trazia álcool. As várias mulheres que teve, os filhos, tudo isso tem no íntimo dele, a raiz indígena. Dentro de campo, o espírito moleque, driblador, típico da capoeira. Em uma das obras que eu tomei como base, Estrela Solitária: um brasileiro chamado Garrincha, de Ruy Castro, isso é introduzido – destacou Mário Lima.

Fonte: Globoesporte.com

A alegria dos pequenos indígenas pelo passeio e dos grandes pela volta para casa
SÍTIO O BLUMENAUENSE, 19.06.2014



Nada melhor do que voltar para o nosso cantinho. Quando se trata daqueles que nasceram e vivem da natureza, deve ser o dobro da alegria. E esse sentimento está estampado no rosto destes pequenos indígenas, que parecem ter gostado mesmo é do passeio de carro.

Mas o assunto é super sério, afinal esta é a imagem do Coordenador Regional da Defesa Civil de Santa Catarina, em Rio do Sul, Edilson José da Fonseca que prestou auxílio a comunidade indígena de José Boiteux, no Alto Vale do Itajaí. Uma das atividades foi o transporte dos moradores de volta pra casa.

A ação só foi possível graças a baixa das águas, na localidade, que foi alagada pelo alto nível da Barragem Norte. E pelo rosto do coordenador, e a recepção feliz dos indígenas, ele também fez o trabalho com satisfação de uma boa missão cumprida.



Dados e fotos: Defesa Civil de SC



Demarcação de terras indígenas gera protesto na Copa

SÍTIO CLICKMT , 19.06.2014

Na solenidade de abertura do Mundial 2014, um menino da comunidade Krukutu, Wera Jeguaka Mirim, soltou uma das pombas da paz e, em seguida, desfraldou faixa com os dizeres: "Demarcação Já".

Sob o prisma orçamentário, o protesto parece ter sentido.

Em 2013, apesar do Orçamento Geral da União aprovado no Congresso Nacional conter a maior dotação desde 2001 para demarcação de terras indígenas (R\$ 87,9 milhões), apenas R\$ 16,8 milhões foram efetivamente pagos (incluindo os restos a pagar) na fiscalização e demarcação das reservas, o que correspondeu a somente 19%.

Para este ano, o valor orçado é o segundo maior da série histórica de 14 anos. Pretende-se aplicar R\$ 54 milhões na ação e, até o começo de junho, foram usados R\$ 9 milhões, o equivalente a 17%.

Desse valor global da rubrica, chamada "Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato", R\$ 23,3 milhões estão destinados para uma só iniciativa, que trabalha exclusivamente com delimitação, demarcação e regularização do território indígena, porém apenas R\$ 2 milhões foram aplicados, o que corresponde a 8,5%.

Sendo assim, aparentemente, a paralisação dos processos de demarcação de terra desde maio de 2013 está refletida no orçamento federal.

Caso a ação passe a ser realmente executada, há muito o que se fazer com o montante.

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), 65 territórios já foram reconhecidos como indígenas, mas ainda aguardam a homologação da presidente.

A maioria das terras ainda sequer está sob processo de reconhecimento. Segundo os dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), há 1.044 terras indígenas no Brasil, sendo que destas 154 estão "a identificar" e outras 339 classificadas como "sem providência".

Mesmo se Dilma homologasse as tais 65 terras até o fim deste ano, sua gestão continuaria sendo marcada como a que menos demarcou desde a abertura política democrática.

Ainda segundo o Conselho, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foram demarcados 145 territórios, com Lula, 79, e com Dilma, por enquanto, apenas 10 áreas.

CONT.



Para o CIMI, os entraves das ações demarcatórias se dão em razão de um “pacto” do governo federal com os ruralistas.

O que se vê é pressão para se votar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 215, e, com a aprovação, retirar o poder da Funai e do Executivo de promover as demarcações das terras indígenas do país e passá-lo para o Congresso.

A Funai não se manifestou, até o fechamento da reportagem, a respeito da execução da ação em referência.

Especialista

No último relatório sobre violência sofrida por povos indígenas no Brasil, o CIMI divulgou que 60 indígenas foram assassinados em 2012, sendo que 43 deles ocorreram no Mato Grosso do Sul.

Além disso, no mesmo ano, 1.276 indígenas foram vítimas de “violência contra a pessoa” (ameaças de morte, homicídios, tentativas de assassinato, racismo, lesões corporais e violência sexual).

Diante desse quadro e da possibilidade de se dificultar a garantia dos territórios indígenas, a insegurança sobre o futuro dos povos tradicionais cresce.

“Neste momento, os povos indígenas estão enfrentando uma situação bastante negativa e ameaçadora”, afirma o pós-doutor e professor de antropologia da Universidade de Brasília (UnB), Stephen Baines .

Em relação às ações demarcatórias, o professor explica que para o tamanho da população indígena -- 896,9 mil de acordo com último Censo --, a distribuição de terras no Brasil é muito desigual.

Segundo ele, no Canadá e na Austrália, países que têm uma população significativa de povos tradicionais, há extensões grandes de terras indígenas.

Na Austrália os territórios indígenas chegam a ocupar mais de 15% da superfície do país. No Brasil, a proposta é de 13% e ainda não é cumprida.

“Não é uma área muito grande para um país do tamanho do Brasil, sendo que dessa área requerida, 98% é na Amazônia Legal e apenas 1,98% em todo o resto do país”, explica ele.

A PEC 215 não é a única Emenda Constitucional que pretende alterar direitos já adquiridos pelos indígenas na Constituição Federal de 1988 em relação ao território.

Também estão em trâmite no Congresso a PEC 237, que permitirá a concessão da terra indígena ao produtor rural, e a PLP (Projeto de Lei Complementar) 227, que visa caracterizar

CONT.



como de relevante interesse público da União a expropriação dos territórios indígenas, quilombolas e das populações tradicionais para implantação de grandes empreendimentos, como Belo Monte.

“A atual ofensiva contra a demarcação das terras indígenas tem origem na bancada ruralista. Eles estão contra os direitos da população tradicional por meio dessas emendas. A ideia é tentar reverter os direitos constitucionais dos povos indígenas justamente para favorecer os latifundiários, a implantação de mega projetos e o desenvolvimento do agronegócio”, finaliza Baines.

Ruralistas

Em reportagens produzidas pela EBC, os deputados ruralistas, que formam bancada na Câmara dos Deputados, costumam defender a PEC 215 com o argumento de que a Funai realiza os processos demarcatórios de maneira arbitrária e unilateral.

Já para a PEC 237, o autor da proposta e deputado Nelson Padovani (PSC-PR) a defende ao afirmar que, a despeito da vontade dos indígenas, a parceria entre os povos tradicionais e os agricultores com as concessões de terra pode resultar em benefícios para os dois lados.

“Enquanto a Funai e as organizações não governamentais cuidam apenas de seus interesses políticos, a vida financeira dos índios se deteriora cada vez mais”, afirmou o deputado.

Já na PLP 227 -- por sugestão do próprio ministro da justiça, José Eduardo Cardozo, de acordo com a CIMI --, o autor, o falecido deputado Homero Pereira (PSD/MT), conforme descrito no relatório, os conflitos nos processos de demarcação são maléficos tanto para os latifundiários como para as comunidades indígenas:

“Muitos conflitos rurais entre índios e não-índios poderiam ser evitados com a regulamentação”, diz trecho do relatório.

Protestos na Copa

Para não perder a oportunidade de chamar a atenção para a causa da demarcação das áreas, os indígenas estão se manifestando de diversas formas no período da Copa do Mundo.

Além do garoto indígena que retirou da cueca faixa manifestando contra a morosidade dos processos de demarcação, no norte do país, também há protestos.

Os indígenas da aldeia Xikrin, no Pará, protestaram do dia 16 deste mês até anteontem em frente a um empreendimento de extração de níquel da Vale, de forma que paralisaram a produção.

Eles requeriam uma compensação ambiental, já que alegam que a extração vem causando problemas de saúde a população indígena que vive na região e afetando o Rio Cateté, que serve à comunidade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 108/ 2014

Brasília, 20 de junho de 2014.

Antes mesmo da Copa começar, as manifestações dos povos indígenas já estavam fervilhando.

O protesto que ficou famoso pela flechada na perna de um policial militar reuniu cerca de 200 indígenas na capital federal a poucos dias de começar o Mundial.

Nele, os representantes do povos tradicionais foram reivindicar a derrubada da PEC 215 e protocolar queixa no STF contra os deputados Luiz Carlos Heinze (PP-RS) e Alceu Moreira (PMDB-RS), que em novembro de 2013 classificaram os povos como “tudo o que não presta”.



Boletim de Notícias - Edição nº 108/ 2014

Brasília, 20 de junho de 2014.

Comunidade quilombola recebe casas em União dos Palmares

SÍTIO CADA MINUTO, 19.06.2014

Por Assessoria

O governador de Alagoas Teotonio Vilela Filho e o secretário de Estado da Infraestrutura, Marcos Vital, inauguram às 10h desta sexta-feira (20), o conjunto residencial Camila do Muquém, em União dos Palmares. As casas foram construídas para a comunidade quilombola do município.

Além de 120 unidades habitacionais, as famílias irão receber um centro comunitário, um centro ecumênico e um pavilhão de artesanato com toda infraestrutura pronta. Com recursos do governo federal a obra será entregue com 100% de execução com investimentos de cerca de R\$ 8 milhões.



Posses de terras indígenas são suspensas pelo STF

SÍTIO TRIBUNA FEIRENSE, 19.06.2014

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, suspendeu decisões que autorizavam reintegrações de posse em favor dos donos de 16 fazendas em território reconhecido como de ocupação Tupinambá na Serra do Padeiro, no sul da Bahia.

A determinação acatou pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que alegou risco de agravamento de conflito fundiário e ameaça à integridade física de indígenas e demais envolvidos. Janot defende que a área já foi reconhecida pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como de ocupação tradicional indígena e que era necessária a atuação pacificadora da presidência do STF em uma situação que atingiu níveis alarmantes.

"É na região da Serra do Padeiro que se tem verificado os episódios mais graves de conflitos entre índios e não-índios e os casos mais preocupantes de confrontos entre indígenas e as forças policiais decorrentes do cumprimento de mandados de reintegração no local, com histórico de retorno dos índios às áreas", diz Janot no pedido. Barbosa definiu a suspensão das decisões da Justiça Federal até o trânsito em julgado de mérito.

Para ele, é prudente "aguardar pronunciamento judicial definitivo quanto ao mérito da questão relativa à posse, sob pena de se autorizar que, por meio da reintegração forçada, sejam violados bens e interesses jurídicos fundamentais, inclusive o direito à vida". O procurador da República Tiago Rabelo, que acompanha o caso, disse que a decisão "além de prevenir novos confrontos, contribui para que o processo demarcatório chegue ao seu termo final".

Fonte: Bahia Notícias

Luta por direitos leva delegação de indígenas do Brasil a Portugal

SÍTIO CIMI, 19.06.2014



Representantes dos povos Guajajara, Macuxi, Munduruku, Terena, Taurepang, Tukano, Yanomami e Maya estarão presentes no Colóquio Internacional "Território, Interculturalidade e Bem-Viver: as lutas dos povos indígenas no Brasil", que será realizado no dia 24 de junho, no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC), organizado no âmbito do Projeto ALICE – Espelhos Estranhos, Lições Imprevistas, em parceria com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Coordenadora executiva da APIB, Sonia Guajajara avalia que "o mundo vive um momento de mudanças incrivelmente desumanas" e que "o modelo de desenvolvimento atual desrespeita, desconsidera e pisoteia quem ousar não se inserir nesse contexto". "Nós, povos indígenas, vivemos um momento dramático de ameaças, retrocessos, violações de direitos e violências brutais. Um dos caminhos para seguirmos na luta é fazer esse enfrentamento político e internacionalizar as discussões para dar visibilidade à situação real que vivemos no Brasil".

"Há mais de cinco séculos, o colonialismo, fortemente associado desde o seu nascedouro ao que se produz nos centros de produção de conhecimento virados ao 'Norte', vem reservando aos indígenas uma condição de povos supostamente 'incapazes' e 'inferiores'. Para o Projeto ALICE, que se dedica às chamadas 'epistemologias do Sul' – ou seja, às alternativas ao modelo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 108/ 2014

Brasília, 20 de junho de 2014.

colonial, capitalista e patriarcal -, os povos indígenas são sujeitos plenos de lutas cruciais para toda humanidade, bem como detentores e praticantes de conhecimentos que desafiam a ordem estabelecida”, reflete o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, coordenador do ALICE, diretor do CES e anfitrião do colóquio.

Os debates se darão em três módulos (veja programação completa e faça a inscrição gratuita para o evento). O primeiro, pela manhã, tratará do modelo de desenvolvimento neoextrativista brasileiro e das lutas pela terra e pelo bem viver. O segundo, que abre os trabalhos da tarde, enfoca a saúde indígena e a interculturalidade. Já o terceiro se dedicará às questões de gênero e, mais particularmente, à saúde da mulher indígena.

Para Telma Marques, do Povo Taurepang e secretária do Movimento de Mulheres do Conselho Indígena de Roraima (CIR), a presença “além-mar” é uma oportunidade de “trazer para sociedade a conscientização acerca da importância do respeito quanto à garantia dos nossos direitos indígenas, que vêm sendo violados há 514 anos”. O colóquio também deve ajudar, continua Telma, a “fortalecer a nossa luta e fazer o Estado brasileiro entender definitivamente que a terra é a nossa vida e a das futuras gerações”.

Lideranças indígenas confirmadas:- Sonia Bone Guajajara (Povo Guajajara – Coordenadora Executiva da APIB)- Josias Manhuary Munduruku (Povo Munduruku)- Jacir José de Souza (Povo Macuxi)- Luis Henrique Eloy Amado (Povo Terena)- Dário Vitorio Kopenawa Yanomami (Povo Yanomami)- Maximiliano Correa Menezes (Povo Tukano)- Paulino Montejo (Povo Maya – Assessor da APIB)- Telma Marques da Silva (Povo Taurepang)- Maria Leusa Munduruku (Povo Munduruku)

Abertura e encerramento: Boaventura de Sousa Santos

Colóquio Internacional Território, Interculturalidade e Bem Viver: As Lutas dos Povos Indígenas no BrasilData: 24 de junho de 2014. Local: Centro de Estudos Sociais (CES) – Sala 1 Universidade de Coimbra (UC). Horário: 9h às 19hInscrições gratuitas em: <http://bit.do/coloquioindigenas>. Haverá transmissão ao vivo (via streaming), na página do Projeto ALICE (www.alice.ces.uc.pt) a partir das 9:00 AM de Portugal (UTC/GMT +1).

Mais informações

Luciane Lucas dos Santos - lucianelucas@ces.uc.pt

Maurício Hashizume - mauriciohashizume@ces.uc.pt

MT – Indígena denuncia que toneladas de medicamentos vencidos vão para o lixo no DSEI Xingu. Até quando, MS?

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.06.2014

Viva a excelente gestão da Sesai: mais de 10 toneladas de medicamento vencido e outros produtos hospitalares (soro, leite artificial, gases, algodão, gesso, esparadrapo, luvas, além de colchões e macas), destinados aos indígenas do Xingu, estavam escondidos numa casa fechada e vão agora para o lixo. Até quando, Ministério da Saúde? (Tania Pacheco)



O Pioneiro

Um dos setores mais precários no Brasil é a saúde. A principal reclamação é a falta de dinheiro. Mas nem sempre. Existem também problemas de gestão, desvios e outros erros que sugam o que já é pouco.

Um funcionário indígena do DSEI Xingu (Distrito de Saúde Especial Indígena do Xingu), antiga Funasa, com sede em Canarana, trouxe há alguns dias, fotos e filmagens mostrando muito medicamento vencido. Conforme esta fonte seriam mais de 10 toneladas de medicamento vencido e demais produtos hospitalares, como soro, leite artificial, gases, algodão, gesso, esparadrapo, luvas, dipirona, entre outros, além de centenas de colchões.

Tudo veio à tona depois que a casa onde ficava acondicionado esse material, na Av. Goiás, bairro Jardim Tropical, teve que ser desocupada às pressas porque a dona vendera o imóvel.

CONT.



Conforme o indígena, ninguém podia entrar nessa casa. Em um quarto ficava o lixo hospitalar, em outro o medicamento bom e em outro o medicamento vencido. Porém, no momento do transporte foi verificado que tudo estava vencido.

Foram três viagens de um caminhão MB 710 para trazer o material de lá e descarregar no pátio do DSEI. Seriam duas cargas de medicamento vencido e uma carga de lixo hospitalar. Enquanto ele filmava, alguém pediu que ele parasse, o que dá para ouvir no áudio. Foi no transporte que as fotos e as filmagens foram feitas.

Conforme nossa fonte, ele acredita que o problema foi ocasionado pela série de mudanças que ocorreram nos últimos anos no setor que cuida da saúde indígena. Isso também trouxe mudanças em contratos e na terceirização do serviço. O IPEAX, por exemplo, que prestava serviço para o DSEI Xingu, não teve o contrato renovado e fechou as portas.

Quando o IPEAX cuidava desse setor de compra e gestão do medicamento, segundo o indígena, eles faziam a troca do medicamento que estava por vencer com as prefeituras da região, pegando de volta esse medicamento quando faltasse ou trocando por outros produtos. Com a intensa troca nas gestões, tudo leva a crer que em algum momento isso parou de ser feito, levando muito medicamento para o lixo.

Nossa equipe de reportagem entrou em contato com o novo coordenador distrital do DSEI Xingu, Eric Daniel Cantuária. Ele assumiu o posto há cerca de dois meses, em 11/Abril e ainda está se inteirando de todas as situações. Eric atendeu muito bem o contato e respondeu todas as perguntas. Conforme o indígena fonte da denúncia, o novo coordenador não tem nenhuma culpa sobre o ocorrido, pois tudo aconteceu muito antes de sua chegada.

Eric Daniel explicou que, neste ano, a Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) fez uma intervenção no DSEI Xingu. Na semana passada, o MPF (Ministério Público Federal) fez vistorias no distrito. Ambos estão investigando as denúncias e apurando os responsáveis pelo medicamento vencido e outras irregularidades.

Cantuária falou que não sabe precisar a quantidade de medicamento vencido, mas que não se trata de 10 toneladas. Alguns medicamentos estavam vencidos desde 2009. O material foi levado para um depósito e está aguardando , a chegada de um caminhão que levará o mesmo para des-carte em local apropriado.

Eric Daniel disse que novos medicamentos já foram com-prados e devem chegar em breve, resolvendo a falta dos produtos. Também explicou que a troca de medicamentos já está sendo feita quando os mesmos não são utilizados e estão por vencer, evitando o desperdício dos produtos.

Não se sabe de quem foi a responsabilidade, mas a Sesai e o MPF devem apontar os nomes nas investigações. Não se sabe a quantidade do desperdício, mas ele existiu e um monte de dinheiro foi parar no lixo, enquanto muitos índios sofrem pela falta de um simples medicamento. (Da Redação).

Em clima de denúncia, Povo Tenharim escolhe nova diretoria da APITEN: “cada cabeça das lideranças custa meio milhão de reais”
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.06.2014

Por Iremar Antonio Ferreira, em Sem fronteiras no Madeira



Dentro ou fora da sala tradicional de reunião, o povo Tenharim participa.
Fotos de Márcia Mura, Lucas e Tanan Maciel Mura

“Nós não seremos intimidados por ameaças...lutamos por nossos direitos! ”

Com essas palavras o Cacique Léo Tenharin encerra o discurso de prestação de contas da diretoria que repassa o cargo para a nova, encabeçada por Antônio Enésio Tenharin, em assembléia da APITEN, realizada entre os dias 13 a 15 de junho de 2014 na Aldeia Bela Vista, Rodovia Transamazônica, Amazonas.

Porém antes disso, Rosinho Tenharin, ex-coordenador da APITEN – Associação do Povo Indígena Tenharin, fez uso da palavra e muito emocionado (com óculos escuros para cobrir os olhos vermelhos de emoção), discursa cumprimentando os poucos não-indígenas presentes e todo seu povo:

“para mim é um momento muito triste... estou sentindo muito a falta de meu sobrinho (Gilvan – tesoureiro) aqui nesse momento... (lágrimas)... não é fácil, é diferente quando todo mundo está aqui presente... não sei se nesse momento ele foi informado que ia acontecer a mudança da diretoria...(lágrimas)... porque fui eu que escolhi ele pra trabalhar junto comigo na diretoria da APITEN, o Gilvan... Tenho dois sobrinhos presos em Porto Velho e ao mesmo tempo ele perdeu o pai dele também (cacique Ivan Tenharin) e por isso mais a minha ausência na associação... vocês podem perceber isso... eu não tive essa energia, porque quando eu dou passos na associação eu vejo ele sempre a minha frente, entendeu... Mas, eu quero dizer aqui

CONT.



pra meu irmão que tá assumindo outra vez (Antônio Enésio Tenharin) que cuide bem da associação... está tudo em dia... não executei projetos... o que está mais me chamando a atenção é o meus parentes presos em Porto Velho, mas tenho certeza que vamos vencer esta luta e o nome deles está conosco e isso é muito importante... esse momento tá muito difícil pra mim...".

Em suas palavras o peso da tristeza, da dor e da desesperança diante da prisão arbitrária dos parentes Tenharin presos: Domiceno, Gilvan, Gilson, Valdiná e Simeão.

Já Willis Tenharin fala da equipe que montaram na gestão anterior e todo esforço para atuar na defesa de seus direitos e que

"o símbolo da APITEN, a flecha apontada para o horizonte, representa o Povo Tenharin, sempre na frente, nunca abaixa a flecha e deve manter a cabeça erguida. É na organização que a gente faz o Movimento Indígena, que a gente aprende e por isso os jovens devem participar cada vez mais. Quero falar que as lideranças que não estão presentes estão trazendo energia pra nós".

Já na posse da nova diretoria, composta por Antônio Enésio Tenharin (coordenador geral), Márcio Tenharin (vice-coordenador), José Humberto Tenharin (secretário geral), Alcides Tenharin (vice-secretário), Leandro Tenharin (tesoureiro) e Francineide Tenharin (vice-tesoureira), no uso da palavra o coordenador agradeceu a presença de apoiadores, aliados e da Comissão do Movimento Indígena de RO, noroeste do MT e sul do AM, nas pessoas de Ahin (Antenor) Karitiana, Adelson Oro Win (Conselho de Saúde Indígena – CONDISE) e Henrique Yabadai Surui. e afirmou que:

"não tenho medo de desafios... apesar dos problemas que o Povo Tenharin está passando, nós estamos retomando nossa mesma política de antes... nós não estamos mortos não... porque nós temos compromisso e eu vejo a necessidade de nós darmos continuidade na luta... como coordenador da associação a partir deste momento eu tenho compromisso com meu povo... não tenho medo, porque tenho experiência com associação desde 1999, quando comecei minha formação... eu sou professor e não vou ter dificuldade, porque vou trabalhar com os caciques, com as comunidades, com as lideranças, com agentes de saúde e principalmente com as lideranças mais antigas, com os quais quero construir um documento com a história de nossa luta, desde nossos avós que tiveram os primeiros contatos e sobreviveram nos defendendo... vamos dar continuidade neste compromisso".

Aurélio Tenharin faz uso da palavra e pede desculpas pela emoção (lágrimas), mas que isso é necessário e faz bem porque é um desabafo:

"agradeço aos aliados e lideranças indígenas de RO, a solidariedade com o Povo Tenharin e minha pessoa, e quero dizer pra todos vocês que a presença de vocês é uma nova energia que estão trazendo pra gente... uma coisa fica registrada em nossa cabeça em memória de 5 indígenas, nossos irmãos que estão em Porto Velho e também em nome do cacique tradicional Ivan Tenharin (um dos fundadores da APITEN), que não está aqui presente, mas que está bem

CONT.



lá no céu... eu quero dizer pra todos vocês, em nome deles reafirmo nosso compromisso em dar continuidade na luta do movimento indígena... agradeço em nome do Ivanildo Tenharin todo empenho lá fora (junto às instâncias de justiça), da nossa pequena Comissão para falar em nome do Povo Tenharin lá fora: Ivanildo, Antônio Enésio, Valeriano, Marinho, Angéllisson e Nilcélio Jiahui, porque depois que nós encostamos um pouco ele tocaram a luta, falando em defesa do Povo Tenharin...

Quero falar com muita tristeza, mas também com muita alegria, que pra nós que estávamos sendo atingidos por tudo isso, tinha acabado tudo... descobrimos que apesar dos grampos de nosso face, internet, do sofrimento de nossas crianças e idosos, de estarmos cercados por militares por todo lado, de nosso cansaço físico e mental, isolados de tudo na Transamazônica, desmobilizados...

Eu quero fazer uma denuncia aqui... cada cabeça das lideranças do Povo Tenharin custa meio milhão de reais... estão na linha de ameaça Aurélio Tenharin, João Sena, cacique João Bosco, Ivanildo, Antônio Enésio e Marinho... essas lideranças estão ameaçadas de morte e tem muita gente grande por trás disso, de grande interesse na região... Mas a gente não se intimidou com isso não... ficamos triste, porque mesmo já tendo alcançado nosso direito ao Luz para Todos, ajudamos também o povo do Km 180 e nos pagaram dessa forma...

Nós estávamos recebendo pressão da polícia, da justiça, da sociedade e de grandes interesses como madeireiros, fazendeiros, garimpeiros... aqui nós estamos recebendo ameaças constantemente... hoje estamos aqui e amanhã podemos não estar mais porque eles ameaçam invadir as aldeias... Por isso quero dizer da grande importância da vinda de vocês... a sociedade condenou o Povo Tenharin... hoje o Tenharin é visto como monstro, como criminoso mas não é... por isso meus parentes, de todo coração, ajudem nós porque a nossa cabeça acabou... nós não temos concentração de idéias, porque é difícil... até a comunicação nossa foi bloqueada, nós fomos violados, fomos condenados e onde nós falamos assim – vivemos num País democrático, num País livre, de liberdade de expressão, mas não dão oportunidade pra gente falar o que está acontecendo com nós...

Nós não tínhamos este direito de falar...só a mídia condenando a gente...(lágrimas escorrem por sua face e junto com ele quase todos e todas presentes)... É por isso que agradeço à nossa Comissão que teve coragem de colocar sua cara a tapa e levar essa mensagem pra vocês... ela foi levada pra vocês (pausa)... nós pedimos pra eles procurar as pessoas pra nos ajudar... mas tínhamos uma coisa em nossa vida – Esperança... porque nós não queríamos ver mais nossas crianças dormirem no mato... tinha muitas crianças, velhinhos e mulheres machucadas... esse desabafo que estou fazendo aqui é para me fazer bem, porque como liderança, todos nós Tenharin perdemos nossa liberdade... por isso vocês que são nossos porta vozes, apoio, que se identificam a nós, queremos que tragam mais lideranças indígenas pra ver nossa realidade... porque até alguns parentes discriminou a gente, porque a sociedade não-indígena jogou outros parentes contra nós, chegaram a dizer que não iriam pagar o pecado dos Tenharin... é muito difícil isso... os nosso inimigos têm nome e sobrenome: madeireiros, garimpeiros, fazendeiros e a bancada ruralista.

CONT.



Eu quero nossas crianças assim, correndo, brincando alegres... agora que elas estão voltando ao normal... desejo que a Comissão e a Coordenação de nossa associação trabalhem pela Justiça com o Povo Tenharin... porque a ida de nossa Comissão a Brasília no final de junho foi nosso ultimo grito de socorro, porque tinha esgotado tudo, tudo... onde nós falamos pras nossas lideranças, essa é nossa última tentativa, depois dessa não tem mais não... Brasília é a ultima instância de colocar a realidade do Povo Tenharin... agradeço aos que acompanharam nosso sofrimento e não nos abandonaram... Por isso agradeço ao CIMI pela parceria jurídica que está ajudando em nossa defesa... eu tenho certeza que Justiça será feita e nós ainda vamos realizar nossa festa tradicional Mboatava e vamos empossar o Gilvan como nosso cacique tradicional em breve... mas para que isso aconteça precisamos da força de todos vocês que acreditam na Justiça e do Movimento Indígena”.



Dona Margarida. Fotos de Márcia Mura, Lucas e Tanan Maciel Mura

Dona Margarida Tenharin diz que toda essa angústia, que não é só de hoje, mas que apesar disso tudo, aposta muito nas novas lideranças, na juventude, que eles são guerreiros e estão preparados...

“eu quero enxergar para frente, apesar de tudo que estamos passando... agora se nossos antepassados, que nem entendia direito fizeram de tudo para termos esta terra (na época nós crianças e jovens não entendia nada)... nós não vamos ficar intimidado com tentativa do governo de acabar com nossas terras, com nossos povos... por isso

nossos jovens que são guerreiros vão continuar nessa luta... nisso eu acredito...

Eu acredito no espírito, na voz do nosso passado... isso eu acredito e nós vamos vencer... Meu pai lutou muito por muitas etnias na frente de contato, isso eu vi... a gente resistiu... por isso muito mais daqui pra frente a gente vai resistir... por isso eu falo com nossos jovens, com as mulheres que estão aqui e em nome das mulheres... nós não vamos ficar de cabeça baixa, porque estamos falando na voz do passado e do momento... isso a gente vai conseguir sim com a ajuda de todos os parentes e amigos... Se tem Justiça nesse País queremos que ela não olhe para os povos indígenas só pra dizer que é monstro ou assassino, mas que veja que quem invadiu nossos territórios sagrados foi o governo com rodovia e depois garimpo e madeireiro... se tem algum culpado pelos conflitos com povos indígenas no Brasil este é o próprio governo brasileiro... ninguém nos descobriu porque o Brasil sempre foi antes do invasor, dos povos indígenas, então exigimos respeito do governo brasileiro...

Quando eu falei com Comissão da Verdade eu falei que conflito poderia acontecer, mas governo fingiu que estava cego e nada fez... Não vamos ficar de braços cruzados, vamos cobrar sim nossos direitos e não vamos deixar passar uma grama de nosso direito, porque queremos o que nós temos direito e nada do direito dos outros... por isso vamos cobrar muito forte do governo, por isso vamos começar agora a cobrar nossos direitos... a energia gerada nesta assembléia vai nos levar pra frente...”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 108/ 2014

Brasília, 20 de junho de 2014.

Os representantes do Movimento Indígena e as entidades presentes – CIMI, IMV, IEB, CTL FUNAI, Equipe da CASAI de Humaitá, Mandato dep. Federal padre TON – assumiram o compromisso de levar este grito por Justiça aos Tenharin e Liberdade Já aos 5 indígenas presos por todos os cantos e meios, denunciando as forças do capital que agem na surdina criando conflitos para avançar na pauta da negação de direitos indígenas, a exemplo da PEC 215, Portaria da AGU 303, entre outros...

Documentos foram elaborados denunciando a situação e convocando a presença da Comissão Nacional de Direitos Humanos e da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas da Câmara Federal. Também serão convidados órgãos do Governo do Amazonas – SEIND e SEPRO – para discutir projetos de sustentabilidade, além de órgãos como MDA e MDS, que assumiram compromissos no processo de desenvolvimento de práticas produtivas para produzir alimentos e gerar renda.

18 de maio de 2014.



As crianças voltaram a sorrir, a brincar... O medo está passando.
Fotos de Márcia Mura, Lucas e Tanan Maciel Mura

"Fotografando Populações Tradicionais", por João Roberto Ripper. Vamos participar?
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.06.2014

Esta campanha é para quem ama fotografia. É para quem ama ver pessoas documentadas de maneira humana, bonita, real. Pessoas que têm a deliciosa teimosia de serem felizes.

Pessoas que com uma dignidade fantástica insistem em ser íntegras, honestas e lutam por seus direitos; pelo direito a serem reconhecidas, a terem suas culturas e suas diferenças respeitadas igual a qualquer outra. Vem comigo, e te conto...



Quem participar desta minha campanha patrocinará o trabalho de documentar o cotidiano das Populações Tradicionais que são índios, quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, atingidos por barragens, povos de terreiro, ciganos, pomeranos, pescadores, ribeirinhos, geraizeiros, caatingueiros, veredeiros, apanhadores de flores sempre vivas, entre outros. É a democratização da filantropia.

O que te darei como recompensa?

Os principais beneficiados dessa campanha são as pessoas fotografadas através da grande quantidade de imagens entregues a elas e as organizações humanitárias que defendem seus direitos. Mas você é o grande patrocinador desta possibilidade, e como recompensa lhe daremos nossa história eternizada em forma de arte.

Abrace as populações tradicionais e receba imagens pra recordar desse povo bonito

Em respeito às comunidades fotografadas, as fotografias que darei em agradecimento as pessoas que colaborarem com a campanha não podem ter uso comercial, político ou publicitário, são para serem guardadas como lembrança, um prêmio exclusivo e especial em resposta à sua generosidade.

As pessoas que colaborarem com essa campanha vão receber fotografias em arquivo digital em alta resolução ou impressas com a qualidade de uma exposição de arte. Papel Canson Rag Photographique 310g (100% algodão, liso, branco natural) .

CONT.

Grande parte desses povos e comunidades encontram-se na invisibilidade, silenciados por pressões econômicas, fundiárias, processos discriminatórios e exclusão sócio política.

Muitos territórios de populações tradicionais estão impactados por obras e empreendimentos como monoculturas e mineração, muitos não conseguem acessar políticas públicas universais e não tem políticas específicas.

São sociedades lindas, populações enigmáticas, pessoas simples e de uma beleza gritante. Não vamos deixar suas vidas serem esquecidas, suas histórias precisam ser contadas!



A realidade...

As histórias que as comunidades tradicionais vivem hoje nos remetem à História do Brasil. As lutas pelo reconhecimento dos povos tradicionais e seus territórios são vividas intensamente hoje, mas têm origem nos primórdios do Brasil Colônia. Na tinta com que são escritas, carregam o suor dos escravos, os cultos indígenas, as culturas dos pescadores, a resistência ecológica dos extrativistas e até o perfume das flores dos apanhadores de sempre-vivas. Uma de suas características é a

ancestralidade; com ela, a tradição se mantém acesa e viva na memória.

Quando se silenciam as histórias, os acontecimentos e fatos de hoje e os enterrados com os povos ancestrais nas terras sagradas são ignorados pelos espaços formais das grandes cidades. Com isso, perdem-se importantes informações capazes de sustentar o reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais. Além disso, esses povos vivem ainda o perigo da história única, a versão que esconde e quebra a sua dignidade.

Não vamos silenciar essas histórias. Clique ao lado e contribua para essa campanha social.

Onde farei estas fotos

Essas primeiras documentações vão ser feitas em comunidades no Norte de Minas, vazanteiros, ribeirão e quilombolas. Passo vários dias em cada comunidade, projeto as fotos pra eles e só mantemos aquelas em que a comunidade se identifique, se sinta representada e nenhuma pessoa se sinta ferida com as imagens. Chamo isso de fotografia compartilhada.

Doo meus direitos autorais à comunidade e deixo com cada comunidade um pen drive com as fotos em alta resolução, uma vasta edição, além de entregar as imagens em cópias 18x24. Tudo isso antes de seguir viagem. É minha maneira de dizer meu muito, muito obrigado por me deixar presenciar a beleza da sua vida.

Saiba mais e participe clicando [AQUI](#). Eu já participei, com muito orgulho! (TP)

MPF denuncia oito por crimes contra comunidade Retireiros do Araguaia, em MT
SÍTIO BRASIL DE FATO, 19.06.2014

A denúncia já foi recebida pela Justiça Federal e os oito denunciados passaram a ser réus em ação penal que tramita em Barra do Garças (MT). Os envolvidos nos atos de violência são contrários à presença da comunidade na região e à proposta de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) para contemplar a área tradicionalmente e historicamente utilizada pela comunidade de retireiros



Da CPT

Oito integrantes da Associação dos Produtores Rurais (Aprorurais), do município de Luciara (MT), foram denunciados pelo Ministério Público Federal de Barra do Garças pelos crimes de associação criminosa, sequestro e cárcere privado e ameaça contra a comunidade tradicional Retireiros do Araguaia, professores e estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso, por conta de uma disputa fundiária na região.

De acordo com a denúncia oferecida no dia dois de maio, a investigação conduzida pela polícia e pelo Ministério Público Federal possui elementos que comprovam que as manifestações contra a comunidade tradicional da região do rio Araguaia não decorreram da manifestação espontânea e de pessoas insatisfeitas com a proposta de constituição da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mato Verdinho, destinada a assegurar o modo de vida retireiro.

“As manifestações e os crimes delas decorrentes foram efetivamente orquestrados, coordenados, financiados e estimulados pela associação criminosa da qual fazem parte todos os denunciados”, afirma o procurador da República Wilson Rocha Assis, na denúncia.

CONT.



Os envolvidos nos atos de violência são contrários à presença da comunidade na região e à proposta de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mato Verdinho na região de Luciara para contemplar a área tradicionalmente e historicamente utilizada pela comunidade de retireiros. A proposta da RDS tramita no Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio).

Em parecer do ano de 2010, o ICMBio afirma que “entre os principais conflitos e ameaças ao ambiente e à cultura local dos retireiros do Araguaia, situa-se a grilagem de terras, que historicamente tem contribuído para o aumento da pressão sobre as áreas de retireiros e posseiros locais. Em geral, a grilagem de terras é feita para a aquisição de financiamentos bancários dando a terra como garantia. Nos últimos tempos, no entanto, a pressão da grilagem tem cada vez mais penetrando as áreas inundáveis do Araguaia no sentido oeste-leste, ou seja, vinda do eixo da BR 158 em direção ao rio Araguaia”.

A comunidade dos Retireiros do Araguaia é reconhecida como uma comunidade tradicional que vive na região nordeste de Mato Grosso e possui uma estreita ligação com as áreas inundáveis do rio Araguaia e praticando, de forma tradicional e sustentável, a pecuária de subsistência.

Atentados

Em setembro de 2013, diversos atentados violentos foram planejados pelos oito integrantes da Aprorurais e cometidos com o intuito de intimidar a comunidade dos Retireiros do Araguaia que reivindica a demarcação de uma unidade de conservação de uso sustentável na região. Diversos atos criminosos foram praticados: duas residências foram incendiadas; houve a tentativa de atear fogo no veículo de um retireiro, pneus foram queimados em frente a residências, além de ameaças proferidas contra diversos membros da comunidade. A casa de uma liderança religiosa que apoia a causa dos retireiros foi alvejada por disparos de arma de fogo.

Além dos atentados e ameaças contra os membros da comunidade de retireiros, outros atos de violência foram cometidos durante a semana do dia 19 de setembro de 2013. Um professor, dois motoristas e 16 alunos do curso de mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, que seguiam para um estudo da comunidade tradicional, foram mantidos em cárcere dentro do ônibus em que seguiam para Luciara e ameaçados de terem o veículo incendiado se não atendessem a ordem de sair da região, sob escolta.

O que diz a legislação:
Código Penal

Ameaça

Art. 147 – Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave.

Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa.

Cárcere

Artigo 148 – Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado:

Pena – reclusão, de um a três anos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 108/ 2014

Brasília, 20 de junho de 2014.

Associação Criminosa

Art. 288. Associarem-se três ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena – reclusão, de um a três anos.

Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente.

Anteprojeto sobre agrobiodiversidade ignora direitos de agricultores familiares e indígenas, por Juliana Santilli

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.06.2014



Mesa de troca de sementes nativas, na feira organizada pelo CAA NM. Foto: Tania Pacheco

Por Juliana Santilli*, no ISA

O Ministério da Agricultura (Mapa) elaborou um anteprojeto de lei para regular o acesso e o uso da agrobiodiversidade. A proposta desrespeita e restringe os direitos dos agricultores familiares, populações indígenas, tradicionais e locais, que são os principais responsáveis pela conservação e uso sustentável da biodiversidade agrícola brasileira. O anteprojeto foi elaborado sem qualquer participação das organizações e dos movimentos sociais representativos dessas comunidades. (O anteprojeto e sua exposição de motivos não eram conhecidos do público e podem ser acessados aqui).

Trata-se de uma proposta elaborada exclusivamente pelo e para o agronegócio, e sem qualquer consulta aos demais atores sociais que compõem o rico e complexo universo agrário e agrícola brasileiro. A própria exposição de motivos do anteprojeto reconhece que o texto “foi amplamente discutido com instituições representativas do agronegócio” – como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Frente Parlamentar da Agropecuária – e que “obteve apoio” de todas essas organizações.

E as organizações representativas da agricultura familiar, tradicional e agroecológica? Foram simplesmente ignoradas em um anteprojeto que pretende nada menos do que regular “o acesso ao patrimônio genético destinado à alimentação e à agricultura, aos conhecimentos tradicionais associados, a repartição de benefícios para a sua conservação e uso sustentável”,

CONT.



bem como “implementar os direitos de agricultor previstos no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura (TIRFAA)”.

A proposta nega direitos aos agricultores, ao afirmar expressamente que: “o acesso à variedade tradicional, local ou crioula ou à raça localmente adaptada ou crioula para as finalidades de alimentação e de agricultura compreende o acesso ao conhecimento tradicional associado e não depende da anuência do agricultor tradicional que cria, desenvolve, detém ou conserva a variedade ou raça” (art.5º, §1º, **negritos nossos**). A justificativa da exposição de motivos para isso é de que “não importa qual o povo ou comunidade que ‘inventou’ o recurso genético”.

A agrobiodiversidade passa a ser considerada pelo anteprojeto como “bem da União” (art.2º), gerido única e exclusivamente pelo Mapa (art.4º, caput) e sem qualquer participação dos agricultores e de suas organizações. Caberá também unicamente ao Mapa definir como aplicar os recursos destinados à implementação dos direitos de agricultor (art.4º, IX). Ou seja, os agricultores e suas organizações não terão qualquer direito de decidir sobre as formas de utilização de eventuais recursos que lhes sejam destinados por meio do Fundo Federal Agropecuário, administrado também exclusivamente pelo Mapa e sem qualquer participação social.

Promessas vagas

O anteprojeto não prevê benefícios e incentivos concretos para que os agricultores mantenham suas práticas que geram e enriquecem a biodiversidade agrícola. A proposta do Mapa limita-se a promessas vagas de dar preferência na participação em programas governamentais (art.9º do anteprojeto) e de acesso a uma pequena parcela dos recursos do Fundo Federal Agropecuário (art.6º).

Além de vagas, tais promessas restringem-se aos agricultores “que criam, desenvolvem ou detêm variedades tradicionais ou crioulas” (art.9º, caput). Ora, a todos os agricultores familiares, tradicionais e locais – independente de desenvolver ou não variedades tradicionais – deve ser assegurado o direito de acessar material genético conservado por instituições públicas, de participar de programas públicos de custeio agrícola, de apoio à criação de bancos de sementes locais, de reintrodução de variedades locais etc (art. 9º, IV, V, VI, VII e VIII). Não se trata de qualquer benefício especial, mas de direitos a ser assegurados a todos os agricultores que promovem a conservação da agrobiodiversidade.

A contribuição dos agricultores para a conservação da agrobiodiversidade não se limita ao desenvolvimento de variedades locais, ainda que estas tenham grande importância para a biodiversidade agrícola e a segurança alimentar. Os sistemas agrícolas locais e tradicionais compreendem um rico conjunto de conhecimentos, inovações, práticas de manejo, cultivo e seleção de espécies agrícolas, desenvolvidas pelos agricultores, que geram a enorme diversidade de plantas cultivadas e de agroecossistemas em nosso país. Esses conhecimentos, práticas e inovações são um componente-chave da agrobiodiversidade e não podem ser ignorados por um anteprojeto que pretende regular o acesso e o uso da agrobiodiversidade brasileira.

CONT.



Se, por um lado, o anteprojeto não recompensa devidamente os agricultores, por outro lado, prevê diversos incentivos fiscais e creditícios (artigos 12 e 13) para as empresas que “investirem em pesquisa e desenvolvimento com agrobiodiversidade nativa”. Trata-se de mais um equívoco do anteprojeto, pois os incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos e processos que agreguem valor à agrobiodiversidade nativa devem promover as inovações desenvolvidas pelos agricultores.

Tratado internacional

Os direitos dos agricultores, de natureza coletiva (como o próprio anteprojeto reconhece), não podem ser implementados de forma tão limitada. Trata-se de uma interpretação distorcida e restritiva do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura (TIRFAA), já ratificado pelo Brasil e que o anteprojeto pretende regulamentar no plano nacional ([clique aqui para acessar o tratado](#)).

O TIRFAA reconhece os direitos dos agricultores de forma bem mais ampla. O tratado dedica todo o art. 9º ao reconhecimento dos direitos dos agricultores, estabelecendo que: “as partes contratantes (os países que ratificaram o Tratado, como o Brasil) reconhecem a enorme contribuição que as comunidades locais e indígenas e os agricultores de todas as regiões do mundo, particularmente dos centros de origem e de diversidade de cultivos, têm realizado e continuarão a realizar para a conservação e para o desenvolvimento dos recursos fitogenéticos, que constituem a base da produção alimentar e agrícola em todo o mundo”.

O tratado estabelece ainda que a responsabilidade de implementar os direitos dos agricultores é dos países, que devem adotar medidas para proteger e promover os direitos dos agricultores, inclusive:

(a) proteção do conhecimento tradicional relevante aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura; (b) o direito à repartição equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura; e (c) o direito de participar na tomada de decisões, em nível nacional, sobre assuntos relacionados à conservação e ao uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

Repartição de benefícios

O anteprojeto nega os direitos dos agricultores sobre os seus conhecimentos tradicionais associados à agrobiodiversidade (art.5º, §1º). Ao regular a repartição de benefícios decorrentes da exploração econômica de produto oriundo da agrobiodiversidade, a proposta deixa a cargo exclusivo do usuário escolher a modalidade de repartição dos benefícios: quem utiliza os recursos da agrobiodiversidade para fins comerciais ou industriais é que escolhe como vai repartir os benefícios gerados, sem que qualquer poder de decisão seja atribuído aos detentores dos recursos e conhecimentos associados à agrobiodiversidade (art.6º caput).

CONT.



O anteprojeto considera como uma das formas de repartição de benefícios (a ser escolhida pelo usuário) a simples produção do produto (oriundo da agrobiodiversidade) no país (art.6º, I), independentemente de ser comercializado e/ou protegido por direitos de propriedade intelectual. Entre as demais formas de repartição de benefícios, ainda estão previstas a disponibilização do produto sem restrição para pesquisa e melhoramento, o licenciamento livre de ônus, a distribuição gratuita de produtos em programas de interesse social (art. 6º, II, III e IV). Entretanto, diante da possibilidade de que o usuário opte pela repartição de benefícios por meio unicamente da produção do produto no país, é pouco provável que as demais modalidades de repartição de benefícios venham a ser implementadas.

O usuário pode ainda optar por repartir os benefícios pelo pagamento de uma parcela anual de 0,3% da receita ou rendimento líquido obtido com a exploração econômica do produto (art.6º, VI). Tal parcela será depositada no Fundo Federal Agropecuário e será destinada à implementação dos direitos de agricultor. Certamente, haverá pouquíssimos recursos destinados à implementação desses direitos, pois as demais modalidades de repartição de benefícios descritas acima, e que podem ser livremente escolhidas pelos usuários, tendem a ser menos onerosas.

Participação limitada

O anteprojeto também limita a participação dos agricultores na tomada de decisões a assuntos relacionados “à conservação e utilização sustentável das variedades tradicionais, locais ou crioulas, ou das raças localmente adaptadas ou crioulas” (art.9º, III). Ora, o tratado da FAO (art. 9º, c) não restringe o direito de participação dos agricultores às políticas públicas relacionadas a variedades tradicionais, locais ou crioulas. Tal direito deve ser compreendido de forma ampla e inclusiva e abarcar quaisquer decisões políticas que produzam impactos sobre a agrobiodiversidade nativa e sobre os sistemas agrícolas locais que a conservam e enriquecem. Isto inclui a participação das organizações representativas dos agricultores nos órgãos responsáveis pela elaboração e implementação de políticas de gestão da agrobiodiversidade, que não podem ficar unicamente a cargo do Mapa.

Além disto, o anteprojeto, apesar de afirmar, em sua exposição de motivos, que “se baseia na filosofia do TIRFAA”, em momento algum preocupa-se em implementar as disposições do tratado sobre a conservação e a utilização sustentável da agrobiodiversidade, diretamente associadas à implementação dos direitos dos agricultores familiares, locais e indígenas.

O tratado prevê expressamente a obrigação de todos os países signatários, como o Brasil, de “promover ou apoiar os agricultores e as comunidades locais no esforço de manejo e conservação on farm [no campo] de seus recursos fitogenéticos para alimentação e agricultura”, assim como de “promover a conservação in situ dos parentes silvestres de plantas cultivadas, inclusive em áreas protegidas, apoiando, entre outros, os esforços das comunidades indígenas e locais” (art. 5º, c e d).

Além disto, o tratado prevê a obrigação dos países de “promover o fitomelhoramento com a participação dos agricultores, particularmente nos países em desenvolvimento, a fim de

CONT.



fortalecer a sua capacidade para o desenvolvimento de variedades especialmente adaptadas às condições sociais, econômicas e ecológicas, inclusive nas áreas marginais” (art.6º c). Outra obrigação dos países é de “fortalecer a pesquisa que promova e conserve a diversidade biológica, maximizando a variação intraespecífica e interespecífica em benefício dos agricultores, especialmente daqueles que geram e utilizam suas próprias variedades e aplicam os princípios ecológicos para a manutenção da fertilidade do solo e o combate a doenças, ervas daninhas e pragas (art.6º b).

Nenhuma dessas obrigações assumidas pelo Brasil em relação à conservação on farm e in situ e à utilização sustentável da agrobiodiversidade são sequer mencionadas pelo anteprojeto, apesar de sua enorme importância para os agricultores, para a sustentabilidade socioambiental da agricultura, para o enfrentamento das mudanças climáticas e para a segurança alimentar e nutricional de toda a sociedade.

Protocolo de Nagoya

Finalmente, a exposição de motivos do anteprojeto faz uma afirmação equivocada: a de que a legislação nacional deverá definir normas não só para o acesso “aos recursos genéticos da agrobiodiversidade brasileira por outros países”, como para “o acesso aos recursos genéticos de espécies exóticas por instituições nacionais”.

Ocorre que as condições para o acesso aos recursos genéticos exóticos (originários de outros países), como a soja e cana-de-açúcar, serão determinadas pela legislação do país de origem desses recursos, e não pela legislação brasileira. Alguns setores ligados ao agronegócio têm se posicionado no Congresso Nacional contra a ratificação do Protocolo de Nagoya, que visa promover a implementação do terceiro objetivo da Convenção da Diversidade Biológica (CDB): a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos (e dos conhecimentos tradicionais associados). Os setores contrários à ratificação do Protocolo de Nagoya argumentam que a exclusão da soja do sistema multilateral (de acesso facilitado) do tratado criará dificuldades para que as instituições brasileiras acessem recursos genéticos da soja, originária da China, para fins de pesquisa e melhoramento genético.

Esses argumentos não têm fundamento, pois as condições para o acesso aos recursos genéticos da soja serão determinadas pela legislação chinesa, e não pelo Protocolo de Nagoya. Ao ratificar o protocolo, o Brasil estará se comprometendo a respeitar a legislação da China, que – independentemente da assinatura ou não protocolo pelo Brasil – poderá editar normas nacionais sobre o acesso aos seus recursos fitogenéticos de soja. Assinando ou não o Protocolo de Nagoya, o Brasil não poderá violar a soberania da China sobre os seus recursos naturais e fazer coleta de recursos genéticos da soja encontrados em condições in situ no território chinês. Evidentemente, o Protocolo de Nagoya só produzirá efeito após a sua entrada em vigor, o que não ocorreu ainda, e não implicará obrigações em relação às variedades de soja já desenvolvidas no Brasil.

Por outro lado, ao deixar de ratificar o Protocolo de Nagoya, o Brasil revela não apenas uma grande incoerência em seus posicionamentos internacionais – pois trabalhou ativamente pela

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 108/ 2014

Brasília, 20 de junho de 2014.

aprovação do protocolo, e depois pode não ratifica-lo internamente – como também perde oportunidades importantes de auferir benefícios (monetários e não monetários) pela exploração do seu rico e diversificado patrimônio genético.

*Juliana Santilli é promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, sócia fundadora do ISA e autora do livro "Agrobiodiversidade e Direitos dos Agricultores" (Ed. Peirópolis, 2009).

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Carlos Alberto Dayrell.



Céline Cousteau produz documentário sobre desafios dos índios da Amazônia
SÍTIO CEDEFES, 20.06.2014

Considerado um dos lugares mais isolados do planeta, o Vale do Javali é terra de diversas comunidades indígenas, algumas ainda desconhecidas. Conhecido como "buraco negro da Amazônia", o local será cenário do novo documentário Tribes on the Edge ("Tribos no Limite", em tradução livre), produzido por Céline Cousteau.*

Na semana passada, a neta de Jacques Cousteau retornou da primeira expedição ao local para coletar informações e depoimentos. "As doenças, sobretudo a hepatite, tem ameaçado as comunidades indígenas, que fizeram um chamado para que eu voltasse ao Vale do Javari, depois de sete anos, e contasse suas histórias", disse Céline.

Para conferir visibilidade às causas indígenas, o longa-metragem retratará diversos desafios, tais como:

- crises na saúde;
- desenvolvimento econômico predatório;
- demarcação de terras;
- abusos aos direitos humanos, e
- degradação ambiental.

Além do documentário, Céline pretende criar uma plataforma multimídia online e buscar parcerias para uma ação de capacitação, com foco em educação, para as comunidades indígenas.

Abaixo, assista ao trailer do documentário:

[Racismo Ambiental](#)

Fonte: Marina Maciel - Planeta Sustentável

Em BH a trabalho, índio pataxó lamenta Copa e preconceito
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.06.2014



Indígena lamenta discriminação diária

Terra – Uma cena na tarde deste sábado chamou a atenção: em uma área nobre de Belo Horizonte, na região da Savassi, enquanto vários turistas se divertiam e acompanhavam a partida entre Uruguai e Inglaterra, um rapaz aparentemente jovem, completamente vestido como índio, caminhava com passos firmes em uma direção. Em uma rápida aproximação e conversa com o Terra, ele falou sobre os problemas que vive com a Copa do Mundo em Belo Horizonte e o preconceito que precisa enfrentar todos os dias.

Rayocoan é um índio pataxó e está em Belo Horizonte há poucas semanas. Ele chegou à cidade para vender seus artesanatos com sua esposa em busca de conseguir recursos e levar para sua aldeia, na Bahia, onde outras famílias dependem do trabalho dele para se sustentar. Caminhar por Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, segundo ele, é mais fácil para conseguir dinheiro, pois em terras baianas o excesso de índios atrapalha o negócio.

Sair de perto de outros indígenas, entretanto, é um desafio para Rayocoan. De acordo com o rapaz, o preconceito nas grandes cidades existe, principalmente em Belo Horizonte. Ele lamenta a falta de capacidade das pessoas para receber um índio.

“São problemas nos ônibus, a gente tem que carregar nosso carrinho de artesanato, eles não aceitam que a gente ande sem camisa no ônibus, mas fala que a nossa mulher pode andar nua. A gente não aceita isso, tem gente que ataca. O cacique manda vestir as mulheres e os homens, para chamar a atenção, o cacique pede pra gente andar com a nossa roupa assim a gente vende mais artesanato, leva mais dinheiro para aldeia. Aqui a gente passa por discriminação. No Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, nunca passei por isso, mas aqui em Belo Horizonte é ruim, a gente por isso”, lamentou.

Ele ainda criticou o preconceito de alguns moradores de Belo Horizonte – que as vezes não respeitam. “O público que não estudou discrimina, mas a gente não reconhece como inimigo, eles não fazem como maldade, é porque com falta de conhecimento, sem estudo, raramente vê um indígena”, observou apesar de elogiar os turistas. “É incrível como somos bem tratados por

CONT.



“pessoas de fora. Eles chegam, pedem pra tirar fotos, compram às vezes, mas são educados”, disse.

Belo Horizonte está tomada por turistas. Para a Copa do Mundo, inclusive por ter três seleções hospedadas na capital e região metropolitana, vários torcedores de outros países estão em Minas Gerais. Com muito turismo, o comércio fica aquecido. A esperança de levar recursos para a aldeia era grande, mas Rayocoan afirma que o momento das vendas é fraco e ele já pensa em voltar.

“A Copa está devagar para trabalhar. A gente já está pensando em voltar para aldeia para buscar fazer mais artesanato, antes vivíamos da caça, agora não pode. Preservação. Esperava muito mais da Copa, todo mundo esperava mais, mas é muita quebraadeira, muita coisa ruim. Esperávamos também o reconhecimento, somos pouco reconhecidos. Somos os primeiros do Brasil. A gente que descobriu o Brasil”, completou.

Aparentemente triste, Rayocoan confirmou a insatisfação momentânea, disse que não tinha comido nada durante o dia e buscaria um lanche para ele e a esposa quando a reportagem do Terra o abordou. Na luta para conseguir seu objetivo em Belo Horizonte, o jovem disse que espera por melhoras no Brasil.

“Espero que o Brasil melhore, pelo jeito não vai ganhar, vai perder a Copa, as cidades terão mais problemas, estamos com medo de não conseguir levar dinheiro para a nossa aldeia”, finalizou ele que mesmo com fome ainda teve paciência suficiente para tirar fotos com curiosos que estavam no local.

Produtores aceitam proposta da União e decidem entregar terra aos índios

SÍTIO RONDA DO MS, 20.06.2014



Na Terra Indígena Buriti, área de retomada da terra tradicional Terena

Donos das fazendas que compõem os 15 mil hectares reivindicados por indígenas da Reserva Indígena Buriti em Sidrolândia, distante 71 quilômetros da Capital, reuniram-se ontem (19) e decidiram aceitar parcialmente a proposta do Governo Federal, que oferece R\$ 80 milhões pelas terras. Um novo encontro com representantes do Ministério da Justiça está marcado para essa sexta-feira (20).

Conforme os produtores, na reunião da última quarta-feira (18), considerada última tentativa de acordo, o Governo Federal reapresentou a proposta de R\$ 80 milhões e não elevou o valor para os R\$ 130 milhões, incluindo R\$ 124,5 milhões das terras e R\$ 5,5 milhões em benfeitorias, pedido pelos fazendeiros.

Diante da situação, os ruralistas decidiram aceitar os R\$ 80 milhões, que devem ser pagos em precatórios, mas continuarão discutindo na Justiça a diferença para que a indenização chegue ao valor pedido.

Em contrapartida, o Ministério da Justiça sinalizou que deve pedir uma nova perícia judicial na área, para mais uma vez avaliar o valor do local. O custeio da perícia, segundo os produtores, deve ficar por conta da união.

Nesta sexta-feira (20), os produtores apresentarão ao Ministério da Justiça os detalhes da contra proposta, que inclui o aceite dos R\$ 80 milhões e o direito de continuar a disputa pela

CONT.



diferença no valor. Com a decisão, os trâmites para que a posse das áreas passe para a União e depois para os índios deve ter início nas próximas semanas.

Impasse - Conforme já divulgado pelo Campo Grande News, há uma cobrança da presidente Dilma Rousseff (PT) para que o caso seja resolvido de forma rápida. As negociações duram mais de um ano, e no dia 31 de junho vence o prazo para que o pagamento seja incluído nos precatórios e o dinheiro saia em 2014. Caso contrário, só em 2015.

De um lado, os produtores rurais não abrem mão dos R\$ 124 milhões, apresentados no laudo elaborado por uma empresa particular. Do outro, o Incra, autor do estudo que estipulou a indenização, inicialmente, em R\$ 78 milhões que, em seguida, subiu para R\$ 80 milhões, após negativa da classe produtiva.

Mais uma criança falece em Marãiwatsédé; Para os indígenas, falta de equipamentos como balão de oxigênio foi determinante

SÍTIO O REPÓRTER DO ARAGUAIA, 20.06.2014



São Félix do Araguaia, MT - Na última sexta-feira, mais uma criança Xavante em Marãiwatsédé faleceu em virtude de insuficiência respiratória e desnutrição. Era um bebê de quatro meses que, segundo os indígenas, precisava de um balão de oxigênio.

Em denúncia encaminhada ao Ministério Público Federal (MPF), o cacique Damião Paridzané e o presidente do conselho local de saúde da aldeia Marãiwatsédé, Cosme Rité, argumentam que há tempos têm sido enviados documentos à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) pedindo a compra de equipamentos emergenciais como o balão de oxigênio, mas até agora não obtiveram respostas. De acordo com eles, em 2012 outra criança faleceu a caminho do hospital pelas mesmas razões.

“Se tivesse oxigênio na aldeia, poderíamos ter salvado minha neta”, lamenta Alcione Wa'aihã Tseredze, que trabalha no posto como agente indígena de saúde.

Há um ano e meio o MPF emitiu uma recomendação à Sesai para que executasse uma série de melhorias no posto de saúde na Terra Indígena Marãiwatsédé, que atende a uma população aproximada de mil indígenas. O prazo para as mudanças e a compra dos equipamentos era junho de 2013. Em julho, em visita à aldeia, o procurador da República em Barra do Garças, Lucas Sette, verificou que de fato houve uma reforma substancial no posto de saúde.

No entanto, constatou o não cumprimento da recomendação, enviando um novo pedido de explicações à Sesai e ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Xavante. Até hoje os

CONT.



equipamentos emergenciais ao posto de saúde, incluindo o balão de oxigênio, não foram providenciados. “Esta infelizmente é uma situação recorrente em toda a região. No Parque Indígena do Xingu, por exemplo, em nenhum polo base existe balão de oxigênio”, explicou Sette.

Com relação à desnutrição, ainda tem sido difícil trabalhar preventivamente, dada a gravidade da situação dos indígenas na região. O procurador informou que há 10 meses foi retomado um programa de vigilância nutricional que derrubou os casos de subnutrição de 50% para 25% da população Xavante de gestantes, menores e idosos em Marãiwatsédé. Uma das principais ações foi a volta da multimistura. A intenção é que esta medida seja expandida também a outras terras indígenas, como a TI Parabubure, onde a situação de desnutrição entre os Xavante é mais grave.

Foto de Andreia Fanzeres/OPAN



Por não demarcar terras indígenas, Funai deve ser multada em R\$ 1,7 mi

SÍTIO REGIÃO NEWS, 20.06.2014

Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do país, cerca de 70 mil pessoas divididas em várias etnias

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul pedirá execução judicial de multa contra a Fundação Nacional do Índio (Funai), por descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2007, prevendo a demarcação dos territórios indígenas em Mato Grosso do Sul. A multa diária é de mil reais e o valor acumulado chega a R\$ 1,716 milhão (calculado em 13 de junho).

Como a multa representa perda de patrimônio da União e consequente prejuízo a toda a sociedade, o MPF oficiou a presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, para que esclareça a expressão "(...) devem ser observados ajustes cronológicos, em consonância ao contexto sociopolítico hoje encontrado para atuação indigenista na Unidade federada em referência". Especificamente, se houve ordem, escrita ou verbal, emanada da Casa Civil da Presidência da República e/ou do Ministério da Justiça, para que o TAC não fosse cumprido.

O MPF também peticionou à Justiça pela responsabilização pessoal da presidente, com estabelecimento de multa, por descumprimento de decisão judicial que determinou que a Funai se manifestasse sobre prazos e condições em que faria a demarcação das terras indígenas em MS.

O descumprimento de acordos assinados e, posteriormente, executados judicialmente, lança sombras sobre a eficácia das mesas de diálogo realizadas pelo governo federal para mediar conflitos indígenas.

Entenda o caso

Em 12 de novembro de 2007, a Funai assinou um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público Federal, que estabeleceu uma série de obrigações para a Fundação, que deveriam resultar na entrega de relatórios de identificação e delimitação de terras indígenas no estado, em 30 de junho de 2009. A Funai também deveria ter encaminhado ao Ministro da Justiça, até 19 de abril de 2010, os procedimentos referentes à demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul. Nada foi feito.

Pouca terra

Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do país, cerca de 70 mil pessoas divididas em várias etnias. Apesar disso, somente 0,2% da área do estado é ocupada por terras indígenas. As áreas ocupadas pelas lavouras de soja (1.100.000 ha) e cana (425.000

CONT.



ha) são, respectivamente, dez e trinta vezes maiores que a soma das terras ocupadas por índios em Mato Grosso do Sul.

A taxa de mortalidade infantil entre a etnia guarani-kaiowá é de 38 para cada mil nascidos vivos, enquanto a média nacional é de 25 mortes por mil nascimentos. Já a taxa de assassinatos - cem por cem mil habitantes - é quatro vezes maior que a média nacional, enquanto a média mundial é de 8,8. O índice de suicídios entre os guarani-kaiowá é de 85 por cem mil pessoas.

Em Dourados, há uma reserva com cerca de 3600 hectares, constituída na década de 1920. Existem ali duas aldeias - Jaguapiru e Bororó - com cerca de 12 mil pessoas. A densidade demográfica é de 0.3 hectares/pessoa. O procurador da República Marco Antonio Delfino de Almeida aponta que "esta condição demográfica é comparável a verdadeiro confinamento humano. Em espaços tão diminutos é impossível a reprodução da vida social, econômica e cultural.

Final do Campeonato dos Povos Krikatis será neste sábado

SÍTIO GLOBO.COM, 20.06.2014



IMPERATRIZ – Nesse fim de semana será realizada no município de Montes Altos, a 65 km de Imperatriz, a final do 3º Campeonato dos Povos Indígenas Krikatis. O evento esportivo está sendo organizado pela Secretaria de Cultura e Desporto de Montes Altos em parceria com a Comissão Krikati terá sua final na sede da aldeia São José.

De acordo com o secretário de Cultura e Desporto do município, Sérgio Belfort, a

proposta do evento é incentivar o esporte entre os índios krikatis de quatro aldeias: São José, Campo Alegre, Jerusalém e Recanto dos Cocais.

“Como realizamos o campeonato municipal, resolvemos promover um evento esportivo para incentivar a prática do futebol nas aldeias e a proposta é que isso vire tradição na aldeia”, afirma o secretário.

Premiação

O secretário informou ainda, que as equipes que forem classificadas em 1º, 2º e 3º colocados receberão troféus e medalhas.

“Além de premiar os times campeões, vamos também premiar com troféus o melhor goleiro e artilheiro”, afirma Sérgio Belfort.



Associações quilombolas de Canguçu recebem patrulha agrícola

SÍTIO JORNAL TRADIÇÃO, 20.06.2014

Patrulha agrícola e automóvel Ford Fiesta serão utilizados em sistema de rodízio na prestação de serviços às 15 comunidades do município



Ademar Matos destaca a união entre os grupos quilombolas

A luta de centenas de famílias quilombolas canguçuenses teve uma conquista importante na quarta-feira (18), quando foram entregues um trator equipado e um automóvel, ambos para uso exclusivo das 15 comunidades quilombolas de Canguçu.

O recurso para aquisição dos equipamentos é oriundo do Fundo Estadual de Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (Feaper), setor ligado à secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural.

A iniciativa beneficiará integrantes de grupos como a Associação Remanescente de Quilombos do Potreiro Grande. Localizada no 2º Distrito, a entidade conta com mais de 30 famílias, que se dedicam principalmente à agricultura familiar. “A gente vem lutando por esse recurso já faz algum tempo. Finalmente chegou a nossa hora”, comemora o presidente da associação, Ailton Soares Prestes.

Prestes explica que a patrulha agrícola atuará em serviços gerais, como roçar e preparar a terra para o plantio. Quem também comemora o investimento é o presidente da Associação de Quilombolas da Solidez, Ademar Coutinho Matos, de 66 anos. Ele dirige a associação que conta com 24 famílias e, aproximadamente, 72 pessoas.

Matos assumiu este ano a direção da entidade, que é constituída basicamente por agricultores. O grupo tem sua sede no 1º Distrito e foi a primeira organização quilombola do município a receber o reconhecimento oficial. “A gente costuma dizer que somos a mãe de todas as demais associações que surgiram depois”, explica o presidente, ao destacar a união entre os diversos grupos.

Canguçu tem, ao todo, 15 associações remanescentes de quilombos, sendo que a maioria está localizada no interior. O trator equipado e o automóvel Ford Fiesta serão utilizados para a prestação de serviços a essas comunidades. O investimento total foi de R\$ 190 mil, com recursos do Governo do Estado.

Redator: Tradição Regional (Permitimos a reprodução total ou parcial da matéria desde que citada fonte)



Governo envia ao Congresso proposta sobre comércio de produtos com base em plantas e animais

SÍTIO CLIP TV NEWS, 20.06.2014

Povos tradicionais têm que autorizar acesso à sabedoria sobre plantas e animais

BRASÍLIA - A presidente Dilma Rousseff encaminhou nesta sexta-feira ao Congresso Nacional uma mensagem com um projeto de lei que regulamenta o acesso e a repartição dos lucros econômicos dos bens naturais brasileiros, os chamados recursos genéticos.

Polêmica, a proposta a que O GLOBO teve acesso com exclusividade diz que empresas que quiserem obter os conhecimentos detidos pelos povos tradicionais e comunidades indígenas devem obter a autorização dos mesmos por meio de uma assinatura, de um registro audiovisual, de um parecer do órgão oficial competente (não explicitado no texto), de adesão de um protocolo comunitário ou de um laudo antropológico. Empresas estrangeiras também poderão acessar o material brasileiro.

Alguns setores do governo questionam, por exemplo, se a assinatura de um laudo antropológico asseguraria o consentimento dos detentores de tal conhecimento. Quando a origem do conhecimento tradicional não é identificada, fica suspensa a necessidade de autorização. O projeto será apresentado hoje em coletiva de imprensa pelos ministros Izabella Teixeira (Meio Ambiente), Clelio Campolina (Ciência, Tecnologia e Inovação) e Mauro Borges (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

Aprovada pelo Congresso, a lei autorizará empresas a coletarem, enviarem ao exterior e comercializarem produtos feitos a partir de plantas, raízes, frutos encontrados na natureza. A lei também franquia acesso e permite o envio de amostras da Fauna brasileira, inclusive de espécies domesticadas.

Aos povos tradicionais detentores do conhecimento sobre o potencial medicinal, alimentício ou cosmético do recurso genético a lei garante o recebimento de benefícios que podem ser econômicos ou não da venda dos produtos comercializados pela empresa que se apoderar dessa sabedoria popular. Micro e pequenas empresas estariam liberadas de dividirem com os donos do conhecimento os lucros da venda dos produtos.

Embora não explicita como isso será feito, o projeto do governo também diz que os donos do conhecimento participarão do processo de decisão sobre como se dará o acesso ao material e a repartição da verba arrecadada com a venda dos produtos.

O acesso ao conhecimento tradicional, ao material genético e o envio desse material ao exterior deve ser cadastrado. Haverá uma regulamentação dessa norma e a disponibilização do cadastro na Internet.

CONT.



A nova lei, se aprovada, também prevê multas para quem descumpri-la. No caso de empresas, o valor da multa pode chegar a R\$ 10 milhões. Na seção de disposições transitórias, o texto do projeto de lei fala em dar um desconto de 90% nas multas já aplicadas com base na Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.

CRÍTICAS AO PROJETO

A proposta é questionada por integrantes do governo que participaram das reuniões de elaboração do texto. Uma das críticas é que o projeto favorece a indústria farmacêutica em detrimento dos donos do conhecimento. Durante as discussões, a indústria teria sido ouvida amplamente, enquanto que ONGs e representações de povos indígenas e tradicionais não teriam sido consultados suficientemente.

Outro ponto que pode dar problema é o excessivo poder dado ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), ligado ao Ministério do Meio Ambiente, em detrimento do Ministério da Agricultura, cuja participação não consta da proposta. Caberá ao CGEN, por exemplo, permitir o ingresso e a coleta de material em área pública quando houver relevante interesse público.

As regras que atualmente regem o acesso ao conhecimento tradicional de recursos genéticos e comercialização de produtos feitos com base nele constam de uma Medida Provisória, que terá validade enquanto o texto do projeto de lei não for aprovado pelo Congresso.

O projeto também cria o Fundo Nacional de Repartição de Benefícios e o Programa Nacional de Repartição de Benefícios.

Esse assunto foi objeto de um acordo internacional assinado pelo Brasil e outros países na última Convenção sobre Diversidade Biológica, o chamado Protocolo de Nagoya. O protocolo ainda não foi ratificado pelo Brasil.

MPF considera inconstitucional proposta que transfere demarcação de terras indígenas para o Legislativo

SÍTIO OLHAR DIRETO, 20.06.2014



O Ministério Público Federal (MPF) considera a proposta que transfere demarcação de terras indígenas para o Legislativo, inconstitucional. De acordo com MPF, o artigo 49 da Constituição de 1988 conferiu ao Congresso Nacional a competência exclusiva para aprovar o estado de defesa, a intervenção federal ou para autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos, pesquisa e a lavra de riquezas minerais.

Segundo o procurador regional da República Walter Claudius Rothenburg, designado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para representar o MPF na audiência promovida pela comissão especial da Câmara dos Deputados que aprecia a PEC 215-A, "tais competências somente são admitidas ao Poder Legislativo por expressa deferência do Poder Constituinte originário".

[MPF notifica Superintendência do Patrimônio para que regularize terra ocupada por retireiros em Luciara](#)

Para o procurador é no mínimo temeroso um rearranjo que provocasse o esvaziamento das competências próprias de outro Poder e desvirtuasse o quadro de separação funcional e orgânica traçado pela Constituição incidiria na vedação expressa de emendas que tendem a abolir a separação dos Poderes, os direitos e garantias individuais.

Caso aprovada, seria questionada no Supremo Tribunal Federal, corte em que tenderia a julgar pela inconstitucionalidade da emenda. "Por esse motivo, recomenda-se que o Congresso rejeite a proposta para evitar vê-la declarada inconstitucional", concluiu o procurador.

Participaram da reunião os deputados federais Junji Abe (PSD/SP), Osmar Serraglio (PMDB/SP) e representantes da bancada ruralista.

Entrega de cozinha comunitária beneficia quilombolas em São Tomé de Paripe

SÍTIO REPÓRTER HOJE, 20.06.2014



A comunidade quilombola do bairro de São Tomé de Paripe, em Salvador, foi beneficiada, nesta quarta-feira (18), com a entrega de uma cozinha comunitária do programa Vida Melhor Urbano, que é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes). Os equipamentos vão contribuir para estruturação e fortalecimento dos arranjos produtivos locais.

Com investimento de aproximadamente R\$ 27.500, a cozinha comunitária beneficia 25 mulheres do Quilombo do Tororó, com idade entre 31 e 52 anos. Os equipamentos integram as 14 cozinhas do

projeto 'Redes de Cozinhas Solidárias' executado em parceria com a Associação Vida Brasil.

Segundo o coordenador do Vida Melhor Urbano, Ápio Vinagre, a estruturação das unidades produtivas e a assessoria técnica necessária fortalecem os empreendimentos de economia solidária, de forma que possam gerar renda para as famílias que compõem esses grupos.

Entre os itens da cozinha, estão equipamentos de estoque e pesagem, preparação de alimentos, cozimento e limpeza. A cozinheira Ana Lúcia dos Santos disse que o espaço vai contribuir para garantir o sustento das famílias. "Espero que as empresas façam muitas encomendas e os clientes possam experimentar nossa culinária".

Já a líder do Grupo de Mulheres Tempero do Quilombo, Maria de Fátima Lima, disse que "somos um grupo de pescadoras e marisqueiras e estamos contentes com essa possibilidade de geração de renda".

Empreendimentos populares

O programa Vida Melhor Urbano, desenvolvido pelo Governo da Bahia, é um conjunto de estratégias que busca incluir produtivamente pessoas com potencial de trabalho. Um dos diferenciais da iniciativa é a identificação das diferentes modalidades de trabalho para promover ações direcionadas aos empreendimentos populares e solidários, apoiando os produtores individuais, familiares ou associados, tanto nos espaços urbanos quanto nos rurais. O programa garante assistência técnica, apoio à comercialização, crédito assistido, qualificação, transferência de equipamentos e insumos.

Foto: Reprodução internet